

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
PESQUISA E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O PATRIMÔNIO
CULTURAL DA ILHA DE SANTA CATARINA**

Andréa Ferreira Delgado¹

Mônica Martins da Silva²

Resumo: Objetivamos discutir as experiências de pesquisa e produção de materiais didáticos acerca de temas associados ao Patrimônio Cultural que configuram o Projeto de História do “Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID – da Universidade Federal de Santa Catarina/CAPES”, desenvolvido na Escola Dilma Lúcia dos Santos e na Escola Batista Pereira, localizadas no Sul da Ilha de Santa Catarina. Pretendemos, assim, associar a prática de pesquisa ao processo de formação de professores de História, promovendo a inter-relação entre o ofício do historiador e o do professor. Dez aluno(a)s do curso de História da UFSC desenvolveram pesquisa em diversos acervos para coletar documentos e, por meio da prática da história oral, realizaram entrevistas com moradores dos bairros. A partir da análise dessas fontes, fundamentados em discussões teórico-metodológicas acerca do campo do patrimônio no Brasil, da associação entre história local e educação patrimonial e do conhecimento histórico escolar, esses alunos estão produzindo um conjunto materiais didáticos que vão compor duas Caixas de História para Educação Patrimonial que ficarão à disposição das Escolas para subsidiar ações de Educação Patrimoniais.

Palavras-chave: educação patrimonial, patrimônio cultural, história local, ensino de história.

O projeto que elaboramos para a Área de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, foi construído em parceria com professore(a)s da Educação Básica a fim de oferecer novas modalidades de inserção do estudante na instituição escolar desde os primeiros semestres do curso de graduação a partir de propostas de observação, reflexão e pesquisa que objetivam a investigação, a compreensão e a intervenção em duas instituições escolares, localizadas no Sul da Ilha de Santa Catarina: Escola Básica Dilma Lúcia dos Santos e Escola Básica Batista Pereira, ambas da rede municipal de ensino de Florianópolis.

A proposta de fundamentar essas experiências de formação de professores no trabalho de Educação Patrimonial foi gestada ao longo da realização do Estágio Supervisionado em História na Escola Básica Dilma Lúcia dos Santos, orientado pela professoras Andréa Delgado e Daniela Sbravati. Como parte do Programa de Extensão “Santa

¹ Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: andreadelgado@uol.com.br.

² Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História pela Universidade de Brasília. E-mail: moniclio@uol.com.br.

Afro Catarina”, oito estagiário(a)s desenvolveram uma abordagem temática da História, inter-relacionando passado e presente para o estudo da presença dos africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina (DELGADO, MAMIGONIAN, 2013). Os temas foram selecionados com base no conhecimento de aspectos históricos do bairro onde se localiza a Escola: Armação do Pântano do Sul, cujo nome deriva do fato da ocupação ter ocorrido com a construção da Armação baleeira da Lagoinha do Pântano do Sul, em 1772, e que hoje é um dos importantes balneários turísticos da cidade de Florianópolis. Cada dupla de estagiários problematizou uma temática associada ao campo do patrimônio – alimentação, trabalho, meio ambiente e festas – para a construção de projetos de Educação Patrimonial.

A inserção do ensino de história local nos currículos escolares é, portanto, um dos pilares do nosso projeto, associando-o à problemática da memória e da produção dos bens culturais pelo campo do patrimônio na sociedade contemporânea. Com isso, buscamos delinear uma proposta de Educação Patrimonial, pois compreendemos que esse ainda é um desafio. Diante do interesse crescente de professores e pesquisadores que frequentemente utilizam a “Educação Patrimonial” para nomear diversas práticas educativas escolares e não escolares relativas ao Patrimônio Cultural, consideramos que é necessário tanto discutir eixos teórico-metodológicos quanto construir experiências na Educação Básica.

Discussões em torno da “Educação Patrimonial”

A Educação Patrimonial ganhou ênfase nos debates acadêmicos desde os anos de 1980. Nesse processo, destaca-se a publicação do manual “Guia de Educação Patrimonial, de autoria de Maria de Lourdes Horta (1999), que se tornou a referência para a construção dessa noção conceitual. Entre as suas premissas, está a concepção de que a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilitaria ao indivíduo, na acepção de Paulo Freire, fazer a leitura do mundo que o cerca, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Além disso, a Educação Patrimonial provocaria situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertaria no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva, além de provocar sentimentos de surpresa e curiosidade. Instigando, assim, crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e

propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural e exercício da consciência crítica e da cidadania (HORTA et. al., 1999).

Embora de considerável relevância para o período em que foram difundidas, essas ideias tem sido objeto de diversas críticas que envolvem desde o uso do termo Educação Patrimonial, considerado redundante para autores como Mário Chagas (2006), que acredita que toda Educação é Patrimonial. Há também diversas divergências acerca da metodologia proposta pelo "Guia de Educação Patrimonial" que indica etapas para seu o desenvolvimento, o que tem sido compreendido como uma simplificação da relação entre o Patrimônio e a Educação.

Ivo Mattozzi (2008) defende que o professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa que façam uso dos bens culturais, com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e a escala local, possibilitando aos alunos melhor compreender o cenário da sua vida. Entretanto, Mattozzi alerta que se pode fazer uso do patrimônio cultural sem alcançar, todavia, a educação para o patrimônio. Ele aponta quais são as condições e estratégias que devem ser agenciadas para que o aluno não apenas utilize os bens culturais, mas os compreenda como parte de um patrimônio muito mais vasto e complexo:

A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização de bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museu, sítios arqueológicos, quadros autênticos etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplos que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e estudam (MATTOZI, 2008, p. 137).

Em consonância com a premissa que os bens culturais devem ser problematizados na relação com a instituição que os engendram e tutelam, destacamos o questionamento do processo de produção dos bens culturais tombados e registrados como patrimônio cultural nacional, local ou regional como um dos eixos da nossa proposta de Educação Patrimonial. Compreendemos, assim, que a educação patrimonial deve problematizar seu próprio objeto.

Quer seja na pesquisa histórica, quer seja no ensino de História, o "Patrimônio" precisa ser desnaturalizado e historicizado. Isso significa dizer que os bens reconhecidos como "patrimônio nacional" não são dados naturais, mas sim produtos de práticas culturais que os engendram. Se a educação patrimonial for planejada apenas a partir do tripé de

“conhecer, preservar e difundir” os bens tombados pelos órgãos públicos apenas estaremos reproduzindo determinadas concepções que orientaram a instituição de determinada configuração para o patrimônio. Assim, consideramos que as experiências de aprendizagem associadas aos bens culturais devem compreender a investigação acerca das políticas públicas de produção de determinado passado e memória pela ação de agentes, instituições e instrumentos próprios do campo do patrimônio (SILVA, DELGADO, 2011).

Em outras palavras, consideramos que tanto o trabalho com os bens culturais em sala de aula quanto o trabalho de campo relacionado a monumentos, museus e cidades históricas devem abranger a investigação dos “critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificando os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definindo a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigando o grau de envolvimento da sociedade” (FONSECA, 1992, p. 23).

No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado desenvolvida pelo órgão federal do Patrimônio Nacional, organizado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, denominado atualmente, e na maior parte de sua história, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para investigar o processo de produção, gestão e imposição de determinados bens culturais como memória coletiva da nação é necessário inventariar os discursos, as estratégias e os instrumentos que engendram as configurações assumidas pelo IPHAN nos períodos de sua história, tal como vem fazendo um conjunto de autore(a)s (CHUVA, 2009; FONSECA, 1997; GONÇALVES, 1996; SANT’ANNA, 2003; SANTOS, 1996).

Na configuração atual do campo do patrimônio, o agenciamento do conceito de Patrimônio Cultural, tal como registrado na Constituição de 1988, e as práticas de inventário e salvaguarda do patrimônio imaterial, gestadas a partir da aprovação do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, delineiam novas perspectivas e desafios para a educação patrimonial.

Nesse contexto, ao promover a articulação entre o campo do Ensino de História e o Patrimônio Cultural, incorporamos aos objetivos da educação patrimonial a historicização de suas múltiplas acepções e a investigação das políticas públicas de construção e preservação do patrimônio no Brasil. Com isso, a valorização do passado histórico assume novas perspectivas que vão desde a crítica a formas estabelecidas de produção da memória coletiva nas sociedades contemporâneas até a proposição de práticas culturais de valorização de grupos,

pessoas, monumentos e práticas culturais até então excluídos do campo do patrimônio (SILVA, DELGADO, 2013).

A Educação Patrimonial como prática de pesquisa e ensino

O projeto de Educação Patrimonial desenvolvido pelos bolsistas PIBID, sob nossa orientação e a do(a)s professore(a)s supervisores que ministram aulas de História nas Escolas Dilma Lúcia dos Santos e Batista Pereira – respectivamente, Daniela Sbravati e Ricardo Pinho – associa práticas da pesquisa ao ofício do professor.

Os professores em formação vão desenvolver pesquisas sobre a ocupação e a transformação do espaço circunvizinho às Escolas – Armação do Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha, praias do Sul da Ilha de Santa Catarina, que são distritos de Florianópolis – a fim de produzir materiais didáticos para o uso no Ensino Fundamental.

As temáticas selecionadas tratam da história das comunidades e os espaços onde estas vivem, produzem e se relacionam de forma a construir conhecimentos significativos para os alunos e que os auxiliem a compreender e intervir no mundo em que vivem, por meio de estratégias que valorizem os seus conhecimentos prévios e introduzam a construção de um olhar investigativo e analítico acerca do tempo e do espaço.

Com isso, esse projeto estimulará os professores em formação a perceberem a prática pedagógica indissociável da prática de pesquisa, ambas permeadas pelo diálogo entre conhecimento histórico e as práticas sociais de referência de aluno(a)s e professore(a)s, que fundamentam a construção do conhecimento escolar (MONTEIRO, 2003).

O conjunto dos materiais didáticos configura uma proposta de Educação Patrimonial, pois agencia bens associados à cultural local, tanto os consagrados pelo campo do patrimônio quanto aqueles não consagrados, ou seja, que fazem parte das práticas culturais da comunidade para, conforme propõe Evelina Grunberg, trabalhar ações educativas de modo a “promover um processo constante de conhecimento e descoberta” (GRUNBERG, 2007, p. 6).

Pretendemos, com isso, estimular a reflexão sobre as dimensões materiais e imateriais das práticas socioculturais, compreendidas como múltiplas e plurais, que representam a trajetória histórica dos bairros. Estamos, portanto, em consonância com a noção que o patrimônio cultural está em processo constante de construção, apropriação e ressignificação, do qual a escola pode e deve participar.

Concordamos com Cecília Fonseca quando afirma que as políticas atuais de patrimônio estão mais relacionadas à noção de mudança e transformação contrapondo-se às idéias de conservação e imutabilidade. Nesse sentido, a atenção recai menos sobre o objeto em si e mais aos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo, bem como para a compreensão dos sentidos que têm para os diferentes produtores e destinatários (FONSECA, 2003). Assim, privilegamos a investigação do patrimônio imaterial ou intangível nos dois bairros, almejando a valorização dos saberes e fazeres que revelem marcas da cultura e das tradições locais.

Nos limites deste trabalho, apresentaremos sucintamente as temáticas que orientam a elaboração das atividades de Educação Patrimonial:

Saber-fazer dos pescadores: patrimônio cultural da Armação do Pântano do Sul

A investigação sobre a pesca na Praia da Armação compreende a coleta de diferentes documentos para abordar suas dimensões econômicas, sociais e culturais, no presente e no passado, porém privilegia a construção da fonte oral por meio de entrevistas temáticas de trajetórias de vida com pescadores e seus familiares. Na interlocução com a concepção de patrimônio imaterial ou intangível, busca-se delinear aspectos da cultura material e imaterial constitutivas dos saberes e fazeres dos pescadores, buscando desenvolver ações de registro, de reconhecimento e de preservação desse patrimônio cultural constitutivo da identidade do bairro.

O Sertão do Peri: memória e cultura material no Sul da Ilha de Santa Catarina

A compreensão do Sertão do Peri enquanto um lugar que permite investigar a historicidade das formas de ocupar e se relacionar com o espaço possibilita abordar o processo de estabelecimento dos engenhos de farinha, de açúcar e alambiques e suas transformações a partir vestígios materiais e, principalmente, da memória de homens e mulheres que construíam ali suas trajetórias de vida. Como proposta de educação patrimonial destaca-se a construção de um Roteiro Histórico para o Sertão do Peri, que identifique marcos materiais e imateriais das transformações e permanências constitutivas desse lugar e privilegie a memória individual e coletiva como estratégia privilegiada para a abordagem do patrimônio cultural.

A Ressaca de 2010 na Praia da Armação: ocupação do espaço, transformações da paisagem e patrimônio ambiental

A investigação da Ressaca de 2010 por meio de um conjunto diversificado de documentos e sua abordagem como desastre socioambiental possibilita a discussão das múltiplas formas de ocupação e de intervenção do homem no espaço configuradas nas transformações da paisagem e a problematização do conceito de patrimônio ambiental, relacionando-o com práticas culturais associadas à pesca e ao turismo, características da história local.

Pesca e Maricultura: Saber Fazer, Cultura Material e Turismo no Ribeirão da Ilha

Essa temática se caracteriza pela discussão da pesca por meio do saber fazer dos pescadores e da cultura material que constitui essa atividade, identificando alguns sujeitos envolvidos com esse ofício na localidade, as características desse trabalho e os sentidos atribuídos por eles no decorrer de um processo histórico demarcado entre os anos de 1950 e os dias atuais. A maricultura é abordada como uma atividade que concorre com pesca a partir dos anos de 1990 e que se associa com o turismo e as novas atividades econômicas propostas para o Estado e a região, problematizando assim a relação dos pescadores com o mar e com o seu ofício.

Festas, Tradições e Patrimônio Cultural: A Festa do Divino Espírito Santo no Ribeirão da Ilha

Investiga-se a Festa do Divino Espírito Santo no Ribeirão da Ilha como uma prática social dos moradores constituída de diversos aspectos simbólicos elaborados a partir de uma tradição popular católica e composta de diferentes elementos materiais e imateriais que constituem formas particulares de culto ao Divino Espírito Santo na localidade. A abordagem procura historiar a prática da festa, observando o processo de mudanças e permanências, em especial a partir dos anos de 1970, período em que esse lugar passa por um processo de patrimonialização.

Para a apresentação da metodologia de pesquisa histórica e de produção de materiais didáticos, vale ressaltar que ao longo do desenvolvimento do projeto PIBID, realizamos Oficinas para formação dos bolsistas, entre elas: “Reconhecimento das localidades Praia da Armação e Ribeirão da Ilha”, “Educação Patrimonial e o Programa Santa Afro Catarina”, “História Oral” e “Produção de Materiais Didáticos”. A partir das questões teórico-metodológicas abordadas nas Oficinas, o processo de discussão continuou em reuniões semanais com os bolsistas, num processo contínuo de orientação fundamentado em práticas

dialógicas e investigativas, que acompanha todos os momentos da pesquisa e da produção dos materiais didáticos.

A metodologia de investigação compreendeu, em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso em diferentes áreas do conhecimento que abordavam aspectos relevantes das temáticas. Logo em seguida, orientamos os alunos para a pesquisa de documentos em diferentes acervos, o registro e a sistematização dos dados. Paralelamente, fundamentadas na discussão teórico-metodológica que orienta a prática da história oral (ALBERTI, 2004; BOSI, 1987), produzimos os Roteiros para orientar as entrevistas realizadas pelo(a)s professore(a)s e bolsistas com homens e mulheres, moradores dos bairros da Armação e do Ribeirão da Ilha. Após a análise das fontes históricas, foram delineados os diferentes eixos para a elaboração dos materiais didáticos.

A partir da compreensão de materiais didáticos como “mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso – da História” (BITTENCOURT, 2004, p. 296), a produção de textos e atividades para trabalhar a educação patrimonial no ensino de história fundamenta-se tanto na pesquisa histórica realizada quanto na investigação do processo de ensino-aprendizagem da História escolar.

Essa produção de materiais didáticos baseia-se em uma metodologia de ensino de História construída na nossa prática enquanto professoras da Educação Básica no diálogo com um conjunto de autoras(es) do campo de pesquisa acerca da história ensinada. Defendemos que a literacia histórica ou, em outras palavras, o processo de ensinar a pensar historicamente que configura o aprendizado histórico exige a compreensão do ofício do historiador e do processo de construção do conhecimento histórico (LEE, 2006; SCHIMIDT, CAINELLI, 2009), permitindo historicizar os próprios objetos em estudo nos currículos escolares.

A partir desse objetivo propomos aliar a análise de diferentes interpretações dos fatos e processos em estudo ao trabalho com documentos históricos em sala de aula. Essas estratégias metodológicas são consideradas fundamentais no ensino de História porque permitem, de um lado, a discussão das evidências históricas utilizadas pelos historiadores na produção de diferentes possibilidades de interpretação e, por outro lado, a incorporação de procedimentos próprios do fazer histórico por meio de atividades de interpretação de um conjunto diversificado de documentos históricos visuais, escritos, materiais e orais (DELGADO, SILVA, SAMPAIO, 2009).

O desafio lançado aos bolsistas PIBID é, portanto, utilizar os documentos históricos coletados durante a pesquisa nos arquivos para a produção de atividades que agenciam procedimentos de interpretação e análise de fontes históricas, explorando-as como discursos de sujeitos que ocupam diferentes posições nas tramas construídas em torno dos bens culturais, que só podem ser compreendidas quando contextualizadas a partir das condições e circunstâncias históricas de sua produção. Nosso objetivo, tal como propõem Nilton Pereira e Fernando Seffener, é incorporar a complexidade da construção do conhecimento histórico ao cotidiano das aulas de História, ao ensinar o estudante “a desconfiar do documento, a olhar para ele como uma construção de seu tempo e percebê-lo como um engenho que uma determinada civilização criou para mostrar às gerações seguintes uma imagem de si mesmo” (PEREIRA, SEFFENER, 2008, p. 121).

Em consonância com essa concepção de ensino de história, a proposta de educação patrimonial desenvolvida por meio das diferentes temáticas compreende também a elaboração de uma atividade de pesquisa a ser realizada pelos alunos e alunas no bairro onde vivem. Em consonância com a problematização de cada um dos temas, são elaborados diferentes Roteiros de Pesquisa, privilegiando-se a coleta de documentos de arquivos familiares e a entrevistas com homens e mulheres moradores do bairro da Armação e do Ribeirão da Ilha, cujas trajetórias de vida os tornam sujeitos privilegiados para narrar experiências significativas e representativas das trajetórias coletivas.

Pretende-se, assim, explorar uma das principais potencialidades apontadas por Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Braga (SCHMIDT, BRAGA, 2005; SCHMIDT, 2007) para o ensino de história local: produzir a inserção do aluno na comunidade, de modo que ele identifique como se constituiu um acervo de bens culturais materiais e imateriais que representam uma historicidade própria a esse lugar, associada ao contexto histórico nacional e internacional.

A produção resultante desse projeto será entregue às Escolas Básicas Dilma Lúcia dos Santos e Batista Pereira no formato de "Caixa de História", na acepção da tecnologia educacional criada pelo Grupo de Pesquisa “Oficinas de História”, que consiste em reunir numa caixa “propostas estruturadas em forma de atividades construídas a partir de vestígios documentais referenciados ao patrimônio histórico, formal e informal, da localidade” (BRASIL, 2009, p. 48).

Nas Caixas de História intituladas “Educação Patrimonial e História Local” disponibilizaremos textos didáticos e um conjunto diversificado de documentos históricos que

estarão acompanhados de atividades de interpretação e análise destinadas ao Ensino Fundamental. Pretende-se, assim, estimular a abordagem das diferentes temáticas associadas ao patrimônio cultural no ensino de História, mas também em diferentes disciplinas escolares, com o objetivo de problematizar as relações entre espaço, tempo e práticas culturais de forma a questionar os regimes discursivos de patrimonialização e de construção da memória local e regional, propondo a compreensão que o patrimônio está em processo constante de construção, apropriação e ressignificação pelos sujeitos históricos que o produzem e reproduzem na dinâmica cultural constitutiva do seu cotidiano.

A proposta de educação patrimonial que apresentamos colabora, portanto, na formação da consciência histórica não apenas dos estudantes da educação básica, mas também dos professores em formação, pois agencia as três dimensões da aprendizagem histórica, compreendida na acepção de Rüsen: “traz à tona um aumento da experiência do passado humano, tanto como um aumento da competência histórica que dá significado a esta experiência, e na capacidade de aplicar estes significados históricos aos quadros de orientação na vida prática” (RÜSEN, 2010, p. 84) ao propor tanto a reflexão sobre o patrimônio cultural compreendido como vestígios que dizem muito acerca dos processos interligados de produção do passado e da memória nas sociedades contemporâneas, quanto acerca de nossa intervenção para significar e ressignificar esse acervo a partir da pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia de Tecnologias Educacionais 2009**. Brasília, 2009.

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Revista Eletrônica do IPHAN**, nº 3, p. 1-7, jan./fev. de 2006.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira, MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Santa Afro Catarina: escravidão, espaço e patrimônio na Ilha de Santa Catarina. **Anais Eletrônico do XIV Encontro Estadual de História – Tempo, memória e expectativas**. Florianópolis, 2012.

DELGADO, Andréa Ferreira. SILVA, Mônica Martins; SAMPAIO, Segismunda Sampaio. Projeto de Ensino de História do Cepae: itinerários para a prática pedagógica. **Revista Solta a Voz**. Goiânia, v. 20, n.2, p. 249-271, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MINC/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília. **Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 1992.

FONSECA, Maria Cecília. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPAHN, 2007

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et.al.. **Guia Básico de Educação Patrimonial** /Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**. Curitiba, p. 131-149, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**. Londrina, v. 9, p. 09-35, out. 2003.

PEREIRA, Nilton, SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 79-91.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In ABREU, Regina. & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, Faperj/DP&A, 2003, p. 49-58.

SANTOS, Marisa Veloso. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 77-95, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette, MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). **Ensino de História. Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2007, p. 187-198.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tania Braga. A formação da consciência história de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cadernos Cedes**, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SILVA, Mônica Martins DELGADO, Andréa F. Educação Patrimonial e Ensino de História na Cidade de Goiás: olhares convergentes sobre práticas de memória na escolarização básica. **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História**. Florianópolis, 2011.

SILVA, Mônica Martins, DELGADO, Andréa Ferreira. Ensino de História e Educação Patrimonial: experiências de Ensino e Pesquisa na Educação Básica. In GIL, Carmem Zeli, TRINDADE, Rhuan Targino (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre, Editora Bestiário, 2013.